

Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

CNPJ/MF nº 17.200.920/0001-56



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	104.832	62.653			
Concessionárias	5	21.596	27.741			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	3.861	3.182			
Outros tributos compensáveis	6	10.927	20.404			
Cauções e depósitos vinculados	9	20.449	550			
Outros créditos	10	4.224	4.145			
Total do Ativo Circulante		165.889	118.675			
Não circulante						
Tributos diferidos	7	83.810	81.392			
Cauções e depósitos vinculados	9	45.250	53.605			
Outros créditos	10	452	940			
		129.512	135.937			
Imobilizado	11	1.090.143	1.129.668			
Intangível	12	11.589	11.699			
		1.101.732	1.141.367			
Total do Ativo Não circulante		1.231.244	1.277.304			
TOTAL DO ATIVO		1.397.133	1.395.979			
		As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.				
PASSIVO						
Circulante						
Fornecedores	13	11.778	11.160			
Outros tributos a recolher	6	393	1.895			
Debêntures	14	40.300	26.954			
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	33.844	28.410			
Uso do bem público	16	1.141	1.053			
Provisões	17	1.812	2.259			
Outras contas a pagar	10	2.080	2.274			
Total do Passivo Circulante		91.148	73.995			
Não circulante						
Tributos diferidos	7	6	2			
Debêntures	14	162.813	190.617			
Empréstimos e financiamentos	15	544.308	531.649			
Uso do bem público	16	13.164	12.631			
Provisões	17	25.274	19.402			
Outras contas a pagar	10	717	249			
Total do Passivo Não circulante		746.282	754.550			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	18.1	728.600	728.600			
Prejuízos acumulados		(168.897)	(161.166)			
Total do Patrimônio líquido		559.703	567.434			
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.397.133	1.395.979			

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2022	2021
Receitas	19	163.746	164.885
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	20	(43.544)	(46.518)
Custo do serviço de energia elétrica		(59.399)	(53.745)
Custo de operação		(102.943)	(100.263)
Lucro bruto		60.803	64.622
Despesas e Receitas operacionais	20	(3.836)	(3.972)
Despesas gerais e administrativas		13	120
Outras despesas e receitas operacionais		(3.823)	(3.852)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		56.980	60.770
Resultado financeiro	21	18.294	6.586
Receitas financeiras		(85.286)	(81.916)
Despesas financeiras		(66.992)	(75.330)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(10.012)	(14.560)
Tributos sobre o lucro	22	(137)	(1.401)
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.418	4.805
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.281	3.404
Prejuízo do exercício		(7.731)	(11.156)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,01062)	(0,01532)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2022	2021
Geração do valor adicionado	191.939	192.475
Receita operacional	187.832	186.379
Receita relativa à construção de ativos próprios	4.107	5.946
Outras receitas		150
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(67.516)	(71.341)
Custos da energia comprada	(28.323)	(35.927)
Encargos de uso da rede elétrica	(19.650)	(17.387)
Materiais	(2.281)	(3.145)
Serviços de terceiros	(12.815)	(11.744)
Outros custos operacionais	(4.447)	(3.138)
Valor adicionado bruto	124.423	121.134
Retenções		
Depreciações e amortizações	(43.674)	(45.938)
Valor adicionado líquido produzido	80.749	75.196
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	19.202	6.908
Valor adicionado total a distribuir	99.951	82.104
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.726	3.259
Benefícios	1.004	826
FGTS	265	252
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	17.094	6.629
Estaduais	307	292
Municipais		86
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	85.286	81.916
Prejuízo do exercício	(7.731)	(11.156)
	99.951	82.104

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, sendo controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil).
A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.
1.1 Concessão
A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/13, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWh)	Concessão (Início Término)
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	129,70	29/05/13 19/08/48

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A energia assegurada de 129,7MWh foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R\$95,51 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, o preço atualizado do contrato é de R\$162,26 por MWh. O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual. Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL.
As três unidades geradoras da usina, cada uma com capacidade instalada de 73MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de maio, junho e agosto de 2016.
1.1.1 Uso do bem público - UBP
A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$658, atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$1.175, corrigidos anualmente pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente remanescente da obrigação é de R\$14.305 (R\$13.684 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 16). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.
1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data-base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.
2.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
2.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.
2.4 Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menor diferencialmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Provisões de natureza cível, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
2.6 Redução ao valor recuperável
A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.
Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.
Ativo financeiro
São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.
Ativo não financeiro
O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.
O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com o teste de imparidade da avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.
2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão documentados a seguir:
2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros; Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R1), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17</i> (2020) e <i>Initial Application of IFRS 17</i> e IFRS 9 - <i>Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 9 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Liberação de recurso

Durante o exercício de 2022 a Companhia obteve a seguinte captação de recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDES - SUB C	mar/22	out/23	2.600	TJLP	Subcrédito para investimento social
			2.600		

3.2 Resolução Autorizativa - extensão do prazo de outorga

Em 28 de julho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.255 com a extensão de 82 dias no prazo da outorga da UHE Cachoeira Caldeirão.

3.3 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 129,7MW para 123,3MW.

3.4 Medida de Assistência Governamental adotada desde o início da pandemia, com impactos no exercício de 2022

Diante da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) que teve início no exercício de 2020, as incertezas geradas pela disseminação do vírus e suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais. Como forma de atenuar os impactos causados pela pandemia, as autoridades governamentais brasileiras e agentes regulatórios tomaram diversas medidas para amenizar os impactos aos agentes do mercado de energia. Abaixo uma medida adotada com efeitos no exercício de 2022:

Publicação	Descrição	Status
Standstill - Medida emergencial BNDES	O BNDES aprovou em março de 2020, em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que têm por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da COVID-19 no Brasil. Uma das medidas é a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise - medida conhecida no mercado como <i>standstill</i> .	Em 30 de novembro de 2021, foi concedida autorização para a suspensão temporária do pagamento dos financiamentos do BNDES da Companhia, no período de dezembro de 2021 até junho de 2022 (Nota 21.2).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	11.445	4.447
Aplicações financeiras	93.387	58.206
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	104.832	62.653
Total	208.664	125.306

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 101,00% e 102,60% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24. As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Concessionárias

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica		21.596	22.431
Energia de curto prazo	5.1	5.310	5.310
		21.596	27.741

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorrem, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.5.

5.1 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$257/MWh (Submercado SE/CO) em dezembro de 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país, com baixas nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio. Adicionalmente, os montantes de venda de energia no MCP foram liquidados em dezembro de 2022.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Compensação de tributos	Adiantamentos / Transfe- Pagamentos	rência	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.182	-	204	(1.741)	1.021	1.195	3.861
Total Circulante	3.182	-	204	(1.741)	1.021	1.195	3.861
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS	19.805	7.285			(17.744)		9.346
IRRF sobre aplicações financeiras	54	2.315			(1.333)		1.524
Outros	57						57
Total Circulante	20.404	9.600	-	-	(19.077)		10.927
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	137				(137)	-
Total Circulante	-	137	-	-	-	(137)	-
Outros tributos a recolher							
ICMS	32	168			(194)		6
PIS e COFINS	1.369	17.745		(1.369)	(762)	(17.745)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	199	677			(894)		114
Encargos com pessoal	285	1.171		(289)	(894)		273
Total Circulante	1.885	19.761	-	(1.658)	(1.850)	(17.745)	393

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7 Tributos diferidos

	Nota	Ativo		Passivo	
		Não circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante
PIS e COFINS					
Imposto de renda e contribuição social	7.1	83.810	81.392	6	2
Total		83.810	81.392	6	2

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Prejuízos Fiscais	57.407	42.628			14.779	554
Base Negativa da Contribuição Social	20.666	15.346			5.320	199
	78.073	57.974	-	-	20.099	753
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	7.952	5.717			2.235	779
Gastos Pré-operacionais		(16)			16	(702)
Uso do bem público - CPC 25	10.391	2.098	7.993		300	473
Direito de concessão - GSF			606	638	32	(638)
Licenças ambientais	1.030	16.037	5.221		(20.228)	4.143
Outras	229	220	45		(36)	(3)
Total diferenças temporárias	19.602	24.056	13.865	638	(17.681)	4.052
Total bruto	97.675	82.030	13.865	638	2.418	4.805
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(13.865)	(638)	(13.865)	(638)		
Total	83.810	81.392	-	-		

7.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2029	A partir de 2030	Total Não circulante
2.912	3.655	4.441	5.255	6.130	3.447	71.835	97.675

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacio- namento (R\$/MWh)	Preço praticado	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)
				Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacional	
Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 10)								
Contrato Prestação de Serviços (a)								
EDP Trading	Controle Comum		01/10/2019 até 30/06/2022			45	(246)	(536)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais e Atividades de Backoffice (b)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2019 até 31/12/2022	259		4	203	(528)
				259	-	-	4	248
Fornecedores (Nota 13)								
Suprimento de energia elétrica								
Energest (***)	Controle Comum	161,92	01/01/2017 até 31/12/2046		494	449		(5.815) (5.284)
EDP Trading	Controle Comum		01/04/2022 até 30/04/2022					(1.235)
Contrato Prestação de Serviços								
EDP Goiás (**)	Controle Comum		01/06/2022 até 30/06/2023		348			(348)
Encargos de uso de rede								
Horizon Transmissão ES (*)	Controle Comum		09/02/2019 até 31/12/2048			1		(10)
Horizon Transmissão MA I (*)	Controle Comum		04/01/2020 até 31/12/2048			4		(29)

	Relacio- namento (R\$/MWh)	Preço praticado	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)	
				Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacional		
Horizon Transmissão MA II (*)	Controle Comum		04/01/2020 até 31/12/2048			2			(17)
Mata Grande Transmissora	Controle Comum		28/11/2014 até 31/12/2048						(2)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum		30/07/2021 até 31/12/2048		12	3		(125)	(20)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum		30/07/2021 até 31/12/2048						(10) (1)
EDP Goiás (**)	Controle Comum		14/06/2021 até 11/08/2047		7				(73)
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum		11/08/2021 até 11/08/2047			15			(133)
				-	876	459	-	-	(7.741) (5.361)
				259	876	459	4	248	(7.987) (6.425)

(*) A Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II foram alienadas em 28 de dezembro de 2021 e consequentemente, a partir desta data, não mais fazem parte do Grupo EDP - Energias do Brasil, controlador em conjunto.

(**) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(***) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Prestação de Serviços

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R\$1.476, a serem pagos em parcelas mensais de R\$41, atualizado anualmente pelo IPCA.

As partes celebraram o primeiro termo aditivo com vigência de 6 meses, a partir de 1º de janeiro de 2022 até 30 de junho de 2022. O valor total dos serviços contratados é de R\$294, a serem pagos em parcelas mensais de R\$49, atualizado pelo IPCA para o período.

Em 01 de junho de 2022 foi firmado o contrato com a EDP Goiás referente à prestação dos serviços anteriormente realizados pela EDP Trading, com início a partir de 01 de junho de 2022 até 30 de junho de 2023. O valor total dos serviços contratados é de R\$597, a serem pagos em parcelas mensais de R\$50, atualizado pelo IPCA para o período. O referido contrato foi submetido à anuência prévia da ANEEL.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 30 de junho de 2023.

(b) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

A operação realizada com as contrapartes informadas no item (b) ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

8.1 Controladora direta e Controladoras finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., e a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	31/12/2022
Depósitos judiciais		1.050	4	87	(52)	1.089
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	9.1	53.105	91.193	7.790	(87.478)	64.610
		54.155	91.197	7.877	(87.530)	65.699
Circulante						20.449
Não circulante						45.250

9.1 Cauções vinculados

Refere-se à garantia exigida junto à 3ª emissão de debêntures da Companhia e ao financiamento do BNDES. Do montante total: (i) R\$17.086 é correspondente a três vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; (ii) R\$27.140 é correspondente à próxima parcela das debêntures a ser liquidada e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; e (iii) R\$20.384 corresponde a uma caução dada como garantia judicial com vencimento para 29 de março de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Intangível
Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1). A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do Intangível

	31/12/2022			31/12/2021					
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço									
Geração									
<i>Software</i>									
Direito de concessão - Licenças ambientais	20,00	192	(153)	39	20,00	192	(115)	77	
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP GSF (Nota 12.2.1)	25,00	10.774	(9.441)	1.333	17,61	10.774	(8.984)	1.790	
Direito de concessão - GSF (Nota 12.2.2)	2,85	10.020	(2.768)	7.252	2,85	10.020	(2.483)	7.537	
Total do Intangível em serviço	3,72	1.875	(93)	1.782	3,72	1.875	(23)	1.852	
Administração									
<i>Software</i>									
		20,00	500	(338)	162	20,00	330	(285)	45
Total do Intangível em serviço		500	(338)	162		330	(285)	45	
Total do Intangível em curso	23.361	(12.793)	10.568		23.191	(11.890)	11.301		
Intangível em curso									
Geração									
		808		808		228		228	
Administração		213		213		170		170	
Total do Intangível em curso	1.021	-	1.021		398	-	398		
Total do Intangível	24.382	(12.793)	11.589		23.589	(11.890)	11.699		

12.2 Movimentação do Intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificações	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível em serviço							
<i>Software</i>							
Direito de concessão - Licenças ambientais		1.790		169	(90)		201
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.2.1	7.537			(285)		1.333
Direito de concessão - GSF	12.2.2	1.852			(70)		7.252
Total do Intangível em serviço		11.301		169	(902)		10.568
Intangível em curso							
Outros intangíveis em curso							
		398	1.020	(169)		(228)	1.021
Total do Intangível em curso		398	1.020	(169)	-	(228)	1.021
Total do Intangível		11.699	1.020	-	(902)	(228)	11.589

12.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Cachoeira Caldeirão. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em junho de 2016, e ocorrerá pelo prazo da concessão.

12.2.2 Direito de concessão - GSF

Refere-se ao Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR e os acréscimos pela ANEEL, totalizando um incremento estimado de 2,7 meses na concessão da Companhia. A amortização iniciou em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão.

13 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	2.899	2.343
Encargos de uso da rede elétrica	2.019	1.796
Operações CCEE	1.037	20
Materiais e serviços	5.823	7.001
Total	11.778	11.160

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022			31/12/2021				
											Encargos	Principal	Não circulante	Encargos	Principal	Não circulante	Total	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	15.650	10	156.500	3ª emissão em 15/12/2014	15/06/2030	Financiamento para construção da UHE Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	1.388	38.971	163.001	203.360	1.556	25.465	190.864	217.885
(-) Custos de emissão				(891)		15/12/2014 a 15/06/2030			Amortização mensal			(59)	(188)	(247)		(67)	(247)	(314)
Total											1.388	38.912	162.813	203.113	1.556	25.398	190.617	217.571

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R\$203.360 em 31 de dezembro de 2022 (R\$217.885 em 31 de dezembro de 2021).

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2021	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante						
Principal	25.465	(26.744)	27.863	12.387	38.971	38.971
Juros	1.556	(15.923)	15.755		1.388	1.388
Custo de transação	(67)		(59)	67	(59)	
Total Circulante	26.954	(42.667)	15.755	27.804	67	12.387
Não circulante						
Principal	190.864		(27.863)		163.001	163.001
Custo de transação	(247)		59		(188)	
Total Não Circulante	190.617	-	(27.804)	-	162.813	162.813

14.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2023	40.300
Total Circulante	40.300
Não circulante	
2024	17.170
2025	17.170
2026	19.078
2027	15.262
2027 até 2030	94.133
Total	162.813
Total	203.113

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos. As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

- (i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora ou da(s) Acionista(s), bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou pela(s) Acionista(s), ou de falência relativo à Emissora ou à(s) Acionista(s) formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que para a(s) Acionista(s) as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a(s) Fiança(s) estiverem em vigor;
 - (ii) Extinção definitiva da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão;
 - (iii) Declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento da Emissora ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES;
 - (iv) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pelas Acionistas;
 - (v) Declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R\$35.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo vencimento;
 - (vi) Protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R\$75.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;
 - (vii) Qualquer alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, que resultem na mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD;
 - (viii) Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD; e
 - (ix) Não manutenção do índice de capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 20%, calculado anualmente em 31 de dezembro, que não seja sanado em até 30 dias após comunicação do Agente Fiduciário.
- A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022			31/12/2021				
										Encargos	Principal	Não circulante	Encargos	Principal	Não circulante	Total	
Moeda nacional																	
BNDES	504.100	25/11/2014	485.486	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização apurado, anualmente, em 31 de dezembro. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20% apurado, anualmente, em 31 de dezembro.	TJLP + 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	5.006	28.859	545.896	579.761	4.785	23.858	533.458	562.101
(-) BNDES - Custos de Transação				(3.432)	25/11/2014 a 15/11/2037			Amortização mensal			(221)	(1.588)	(1.809)		(233)	(1.809)	(2.042)
Total										5.006	28.638	544.308	577.952	4.785	23.625	531.649	560.059

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encontram-se em conformidade no respectivo contrato de financiamento. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$579.761 em 31 de dezembro de 2022 (R\$562.101 em 31 de dezembro de 2021).

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante									
Principal	23.858		(11.079)		15.940		140	28.859	28.859
Juros	4.785		(22.824)	45.248	(22.203)		233	5.006	5.006
Custo de Transação	(233)					(221)		(221)	
Total Circulante	28.410	-	(33.903)	45.248	(22.203)	15.719	233	140	33.644
Não circulante									
Principal	533.458	2.600			22.203	(15.940)	3.575	545.896	545.896
Custo de Transação	(1.809)				221			(1.588)	
Total Não Circulante	531.649	2.600	-	-	22.203	(15.719)	-	3.575	544.308

15.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2023	33.644
Total Circulante	33.644
Não circulante	
2024	23.878
2025	25.714
2026 até 2030	160.471
2031 até 2035	232.124
2036 até 2041	102.121
Total	544.308
Total	577.952

16 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de entrega decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1). O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja, em agosto de 2013, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Circulante						
Uso do bem público	1.053	(2)	40	(1.122)	1.172	1.141
Total Circulante	1.053	(2)	40	(1.122)	1.172	1.141
Não circulante						
Uso do bem público	12.631	55	1.650		(1.172)	13.164
Total Não Circulante	12.631	55	1.650	-	(1.172)	13.164

17 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1	17.1	24.056	17.495	17.495
Licenças ambientais	17.2	1.812	2.259	1.218	1.907
Total		1.812	2.259	25.274	19.402

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo				Ativo				
		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2022	Depósito judicial	31/12/2021	31/12/2022
Cíveis	17.1.1.1	16.815	1.722	(376)	(10)	5.238	23.389	1.088	1.050	1.050
Outros		680			(13)	667				

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$728.600 e está representado por 728.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.
As ações ordinárias são classificadas como capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.
Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Acionista				
EDP - Energias do Brasil	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
Total	728.000.000		728.000.000	

19 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.
A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.
Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:
• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	Nota	MWh		R\$	
		2022	2021	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	19.1	1.136.172	1.193.580	184.355	180.365
Energia de curto prazo	19.2	16.261	-	3.477	6.014
Receita operacional bruta		1.152.433	1.193.580	187.832	186.379
Tributos sobre a receita PIS/COFINS				(15.738)	(13.457)
				(15.738)	(13.457)
P&D	10.3.1	-	-	(1.613)	(1.442)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	10.3	-	-	(5.987)	(5.872)
Taxa de fiscalização				(748)	(723)
				-	(8.348)
				-	(24.086)
Receitas		1.152.433	1.193.580	163.746	164.885

19.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente da diminuição do volume de energia vendida comparada ao mesmo período do ano anterior, porém valorada a um preço médio maior devido ao reajuste dos contratos, tendo como consequência, aumento do valor.

19.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58,7/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280/MWh (Submercado SE/CO) no mesmo período de 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país, trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio.

20 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.
Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2022					2021						
	Nota	Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		Total	Nota	Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		Total
		Com energia elétrica	De ope- ração	De Gerais e adminis- trativas	Outros			Com energia elétrica	De ope- adminis- trativas	Outros		
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	25.611	-	-	-	25.611	20.1	32.510	-	-	-	32.510
Encargos de uso da rede elétrica		17.832	-	-	-	17.832		15.779	-	-	-	15.779
Direito de Concessão - GSF	1.1	-	-	-	-	-		(1.875)	-	-	-	(1.875)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.2		5.152	693		5.845		4.503	524			5.027
Material			1.120	85		1.205		1.156	186			1.342
Serviços de terceiros	20.3		8.835	1.358		10.193		1.372	1.474			2.846
Depreciação - Imobilizado em serviço			42.773			42.773		43.959	31			43.990
Amortização			871	31		902		1.929	19			1.948
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			-		(13)	(13)		-		30		30
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			-			-		-		(150)		(150)
Outras		101	648	1.669		2.418		104	826	1.738		2.668
Total		43.544	59.399	3.836	(13)	106.766		46.518	53.745	3.972	(104)	104.115

20.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2022	2021
Contratos de compra de energia por quantidade	20.1.1	22.531	34.126
Energia de curto prazo	20.1.1	9.155	78.801
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER	20.1.2	(3.499)	(68.868)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(2.609)	(3.314)
Outros		33	(8.235)
Total		25.611	32.510

20.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade e Energia de curto prazo

A variação no exercício de 2022 deve-se substancialmente à redução do volume de compra de energia necessário para atender a estratégia de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, quando comparado ao período de 2021, que foi um ano em que ocorreram condições hidrológicas adversas e preços de mercado mais altos dos que vêm ocorrendo em 2022 que alcançou média de R\$58,7/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$279,61/MWh (Submercado SE/CO) no mesmo período de 2021.

20.1.2 Ressarcimento CCEE/ CONER

A diminuição no exercício refere-se, substancialmente, à proteção da repactuação do risco hidrológico ter sido mais efetiva em 2021, quando comparado a 2022. Adicionalmente, os maiores valores de PLD em 2021 devido à crise hidrológica também impactaram no maior recebimento de ressarcimentos devido à repactuação neste ano quando comparado a 2022.

20.2 Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	3.364	2.759
Encargos	1.162	954
Previdência privada - Corrente	107	100
Despesas rescisórias	19	202
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	281	266
Outros benefícios - Corrente	892	721
Outros	2	-
Total	5.827	5.002

20.3 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	843	1.420
Serviços de manutenção	7.870	6.119
Serviços de limpeza e vigilância	438	394
Serviços ambientais	580	134
Serviços de informática	626	268
Serviços de publicação e publicidade	130	81
Serviços de telecomunicações	40	47
Serviços de transporte	315	212
(-) Crédito de PIS/COFINS	(1.166)	(6.036)
Outros	517	207
Total	10.193	2.846

21 Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	18.644	4.393
Energia vendida		195	689
Depósitos judiciais	9	87	157
Juros e multa sobre tributos	6	204	1.664
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(908)	(322)
Outras receitas financeiras		72	5
Total		18.294	6.586
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2 e 21.2	(49.196)	(37.922)
Debêntures		14	(28.209)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	(5.238)	(2.691)
Uso do bem público	21.1	(1.743)	(2.103)
Outros juros e variações monetárias	17.2	(224)	(397)
Outras despesas financeiras		(676)	(465)
Total		(85.286)	(81.916)
Total		(66.992)	(75.330)

21.1 Uso do bem público - UBP

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se principalmente ao indexador IPCA, que foi de 5,79% no acumulado em 2022 (9,95% em 2021).

21.2 Standstill - Financiamento BNDES

Conforme mencionado na nota 3.4, o standstill obtido pela Companhia reflete a não amortização do principal pelo referido período e a capitalização destes juros ao montante total da dívida, gerando assim o recálculo das parcelas futuras com reclassificação de parte da dívida do Circulante para Não circulante. Em 31 de dezembro de 2022, o valor de juros capitalizados foi de R\$22.203.

22 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2022	2021
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(10.012)	(14.560)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	3.404	4.950
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(54)	(73)
Perdas indedutíveis		(73)
Outros		
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	(1.096)	(1.400)
Outras	27	-
Resultado de IRPJ e CSLL	2.281	3.404
Alíquota Efetiva	22,78%	23,38%

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(7.731)	(11.156)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	728.000	728.000
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,01062)	(0,01532)

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de fluxos.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
	4				
	Nível 2	93.387	58.206	93.387	58.206
		93.387	58.206	93.387	58.206
Custo amortizado					
	4				
	Nível 2	11.445	4.447	11.445	4.447
	5	21.596	27.741	21.596	27.741
	9	64.610	53.105	64.610	53.105
	8		259		259
		97.651	85.552	97.651	85.552
		191.038	143.758	191.038	143.758

Passivos financeiros

Valor justo por meio do resultado

Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Custo amortizado						
	13	Nível 2	11.778	11.160	11.778	11.160
	14	Nível 2	197.126	220.821	203.113	217.571
	16	Nível 2	14.206	13.303	14.305	13.684
	15					
	Nível 2	578.499	560.059	577.952	560.059	
	8	Nível 2	3	248	3	248
	17.2	Nível 2	2.993	4.260	3.030	4.166
			804.605	809.851	810.181	806.888

24.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro,

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2022						31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	3.088	2.288	6.402			11.778	11.160
Debêntures			40.300	162.813		203.113	217.571
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	5.650	16.945	11.049	61.766	482.542	577.952	560.059
Uso do bem público	97	290	754	6.020	7.144	14.305	13.684
Licenças ambientais	94	681	1.037	1.218		3.030	4.168
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				4		4	248
	8.929	20.204	59.542	231.821	489.686	810.182	806.888

24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros. *Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 14 e 15.

Em 31 de dezembro de 2022, o *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 15.1, foi atendido, considerando a apuração e a apuração com base nos 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2021, conforme contratos de financiamento. Assim como o referido ICSD, a Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os Empréstimos e financiamentos (Nota 15) e Debêntures (Nota 14). Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um risco com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R\$102.

24.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

24.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende à possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (Agência Nacional de Águas - ANA e ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (CCEE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, MME, Empresa de Pesquisa Energética - EPE e ONS). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	781.065	777.630
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(104.832)	(62.653)
(-) Cauções	(64.610)	(53.105)
Dívida líquida	611.623	661.872
Total do Patrimônio Líquido	559.703	567.434
Total do capital	1.171.326	1.229.306
Índice de alavancagem financeira - %	52,22%	53,84%

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2022				
	Saldo em Nota 31/12/2021	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2022
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	9	53.105	3.715	7.790	64.610
		53.105	3.715	7.790	- 64.610
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento					
Debêntures	14	217.571	(42.667)	12.387	15.822
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	560.059	(31.303)	3.715	45.481
		777.630	(73.970)	16.102	61.303
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		724.525	(77.685)	8.312	61.303
				716.455	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques
Presidente

Liyi Zhang
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro
Conselheira

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Lourelair Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Operacional e Técnico

Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca
Diretor Administrativo

Fernando Fleischer Ferrari
Diretor Financeiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos - Contador - CRC 1SP271964/O "S" AP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
Ferreira Gomes - AP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável ("Impairment") dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 2.6, 11 e 12 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$1.090.143 mil e R\$1.1.589 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil da sua unidade geradora de caixa ("UGC"), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o objetivo de avaliar se existiam indicadores internos ou externos que poderiam indicar fatores de desvalorização dos ativos da Companhia, efetuamos a comparação da razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa projetadas neste exercício pela Companhia, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado, com as premissas do fluxo de caixa projetadas no ano anterior pela Companhia. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 7 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$83.810 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudança nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de lucros tributáveis futuros, bem como efetuamos a comparação da razoabilidade dos dados e das premissas utilizadas nas projeções neste exercício, tais como, projeção de receitas e custos nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia com as premissas projetadas no ano anterior pela Companhia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da

	2021				
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2021
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	31.079	19.591	2.435		53.105
	31.079	19.591	2.435	-	53.105
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento					
Debêntures	214.413	(35.180)		22.219	16.119
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	574.073	(51.936)		37.922	560.059
	788.486	(87.116)		22.219	54.041
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	757.407	(106.707)	19.784	54.041	724.525
25.2 Transações não envolvendo caixa					
Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.					
Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:					
				2022	2021
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível					1.828
Provisão para contingências no imobilizado e intangível				1.686	435
Constituição do Uso do Bem Público no intangível					44
Total				1.686	2.307

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	252		153		405	-
Obrigações de compra						
Compra de Energia	6.148	11.890	10.911	39.131	68.080	65.970
Materiais e serviços	15.150	11.042	2.924	3.834	32.950	23.221
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	66.371	97.004	70.500	114.962	348.387	353.181
	87.921	120.089	83.885	157.927	449.822	442.372

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	243		165		408	-
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.847	9.694	9.694	53.316	77.551	82.446
Materiais e serviços	14.626	11.715	3.613	6.446	36.400	26.792
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	66.090	121.832	103.259	225.089	516.270	535.496
	85.806	143.406	116.566	284.851	630.629	644.734

26.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/12/2022	31/12/2021
Ações judiciais	Seguro Garantia		34.050
Outros	(i) Fiança bancária e (ii) Seguro Garantia	1.730	1.534
		1.730	35.584

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 14) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15), estão demonstrados em suas respectivas notas.

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	15.868		15.868	15.868
Usina	718.822	200.000	1.006.356	200.000
Linhas de Transmissão	14.224		14.224	14.224
Responsabilidade civil			50.000	50.000
Transportes (veículos)			360	360
Seguro de vida		(*)	2.581	(*)